

O VALOR SIMBÓLICO DA ESTRUTURAÇÃO DAS LÍNGUAS: APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE LINGUAGEM E SOCIEDADE

*(The symbolic value of language structuring:
Theoretical notes on language and society)*

*Carolina Padilha Fedatto¹
Universidade do Vale do Sapucaí*

ABSTRACT

This paper reflects upon theoretical aspects of the relationship between language and society. We begin by discussing Benveniste's ideas (1968) in order to point out, on a historical basis and through the structural component, the boundaries and overlaps of these two instances. Later on, we present the heuristic status of the hyperlanguage notion, bringing to the theoretical scene the fact that subjects are able to communicate (and not communicate) because they belong to the same communication network, not because they share the same grammar (AUROUX 1997). In this network, the subjects and the language system are included, but also, and essentially, the non-linguistic reality: historical and discursive. These references, pointing to the notions of symbolic exchange and value (Marx, Bourdieu, Saussure and Calvet) are the key to the (im)possibility of communication and misunderstanding, as suggested by Pêcheux and Rancière.

Keywords: *language and society; communication; misunderstanding.*

RESUMO

O texto traça uma reflexão acerca dos aspectos teóricos da relação entre linguagem e sociedade. Por meio das ideias de Benveniste (1968, iniciamos uma discussão, balizada pelo viés histórico e pelo componente estrutural, a partir das fronteiras e as imbricações entre essas duas instâncias. A seguir, pela apresentação do estatuto heurístico da noção de hiperlíngua, que traz para a cena teórica o fato de que os sujeitos podem se comunicar (e não comunicar) porque pertencem a uma mesma rede de comunicação, não porque partilham a mesma gramática (Auroux, 1997), discutem-se as relações entre os sujeitos e o sistema da língua, mas também, e fundamentalmente, a presença constitutiva da realidade não linguística: histórica e discursiva. Essas referências, remetidas às noções de troca simbólica e de valor (Marx, Bourdieu, Saussure e Calvet) encaminham uma discussão sobre a (im)possibilidade da comunicação e do desentendimento, tal como colocaram Pêcheux e Rancière.

Palavras-chave: *linguagem e sociedade; comunicação; desentendimento.*

SOBRE LÍNGUA E SOCIEDADE

Não há nada materialmente aparente que ligue o sistema da língua (no nível fonológico, morfológico ou sintático) ao seu funcionamento social, político e histórico. Benveniste (1968/1989) mostra, de forma contundente, que, apesar de linguagem e sociedade implicarem uma à outra, não há nenhuma analogia entre suas estruturas. O autor desenvolve diversos argumentos para sustentar essa afirmação. Do ponto de vista sincrônico, sabemos que há *extensão de línguas comuns*, ou seja, uma “mesma” língua – com todos os problemas de diferenciação que essa homologia possa suscitar – é adotada por sociedades com estruturas

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Univás. Pesquisadora de pós-doutorado na UFF e UFMG. Doutora em Linguística pela Unicamp.

diferentes, e também, ao contrário, línguas muito afastadas geograficamente vivem em sociedades com regimes sociais assemelhados. Já o desenvolvimento histórico dessas duas entidades também acontece separadamente: nada condiciona uma mudança de estrutura linguística quando há grandes transformações sociais (BENVENISTE, 1989, p. 94). Entretanto, pode-se defender que a língua está sujeita, de alguma forma, a efeitos externos ao sistema. Sabemos, por exemplo, que revoluções e acontecimentos históricos, como a Revolução Francesa, a Revolução Russa ou ainda as Grandes Navegações tiveram consequências nas línguas francesa, russa e portuguesa, respectivamente, seja pela proibição/injunção a determinados usos, seja pelo contato com outras línguas seja pelo imperativo de aprender/ensinar línguas. Esses fatos históricos não deixam negar que haja alguma correlação, de natureza ou de estrutura, entre os elementos que constituem a língua e a sociedade. Como explicar, então, a relação de *implicação* que se pode constatar entre elas? Quais são os meios possíveis dessa dupla decorrência?

Nesse sentido, Benveniste considera que tanto a língua quanto a sociedade existem em dois níveis distintos: um empírico, histórico, e outro fundamental. Daí poder-se afirmar que há, por exemplo, a sociedade portuguesa, a sociedade brasileira, a sociedade angolana (há também os agrupamentos minoritários desconsiderados nessa homogeneização) e que há a sociedade como conceito,² como abstração: *uma coletividade humana*. Poder-se-ia dizer também, por sua vez, que há – mesmo que não sejam reconhecidas com tal – a língua portuguesa, a língua brasileira, a língua angolana, (historicamente sabemos que há apenas a língua portuguesa recobrando todas as outras), e, de toda forma, que há *a língua como sistema de formas significantes*. As relações possíveis entre língua e sociedade se colocam, então, diferentemente em cada um desses níveis.

Benveniste afirma, no entanto, que não se podem estabelecer correlações necessárias entre uma língua histórica e uma sociedade histórica, mas que há homologias no nível conceitual. Língua e sociedade são *realidades inconscientes* que representam o mundo de maneira incontornável, tal como ele se apresenta. São, ainda, sempre *herdadas* e não se imagina que tenha podido *existir um começo* e nenhuma delas pode ser *mudada pela vontade dos homens*. O que os homens veem e podem mudar por meio da história são as *instituições* (mas não o princípio da sociedade que é suporte e condição da vida coletiva e individual). Da mesma maneira, o que muda na língua, o que os homens podem mudar, são as *designações*,

² Embora, do nosso ponto de vista, mesmo os conceitos e teorias sejam também sempre históricos, isto é, produto de um espaço-tempo determinado.

que se multiplicam, se substituem e são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua (BENVENISTE, 1989, p. 96).

O ponto de encontro, então, entre língua e sociedade, para o autor, é a sincronia de uma relação semiológica. Isso o leva a duas afirmações: “a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (BENEVENISTE, 1989, p. 97). Pelo fato mesmo de a sociedade estar contida na língua, “é impossível descrever a sociedade fora de suas expressões linguísticas”, mas pode-se “isolar a língua, estudá-la, descrevê-la por ela mesma, sem se referir ao seu emprego na sociedade”. E é dessa forma que a Linguística procede a partir de uma interpretação determinada do corte saussuriano. Mas o desenvolvimento das ciências da linguagem não negou a intuição semiológica benvenistiana. A sociolinguística, os estudos do texto e do discurso consideram, de modos diferentes e instaurando posições teóricas distintas, que “a sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (BENVENISTE, 1989, p.98).

Semiologicamente, considera-se que o interpretante faz existir o interpretado, transformando-o numa *noção inteligível*. Interpretante e interpretado adquirem, pois, relações diferentes com a temporalidade. Por estar fixada em instituições e determinada pelas condições de produção, a sociedade muda constantemente, às vezes lenta, às vezes rapidamente. Já a língua não muda no mesmo ritmo, pois ela continua exercendo o papel de interpretante, devendo por isso *registrar, designar e orientar* as mudanças no interpretado. A relação entre o nível fundamental da língua e o da sociedade está assim colocada: a língua *acolhe e nomeia* as transformações da vida social e das condições técnicas, mas essas mudanças não afetam diretamente sua estrutura. A língua muda apenas *sob a pressão de necessidades internas*, de forma que os falantes não testemunham a mudança linguística.

Segundo Benveniste, o que confere à língua o caráter de interpretante é sua posição única e fundamental como *instrumento de comunicação* – e, de nosso ponto de vista, também de *não comunicação*, como discute Pêcheux (1969). *A língua funciona como uma máquina de produzir sentido*. Sentido não apenas presente em *designações* que, como salienta o autor, conservam testemunhos riquíssimos sobre formas e fases da organização social, mas também em *enunciações* que, graças a mecanismos de transformação e expansão formais, colocam novos objetos linguísticos a circular no trajeto da *comunicação* (esta entendida de maneira ampla, etimológica como *colocação em comum*).

Por outro lado, há também um aspecto importante que diz algo sobre a relação entre língua e sociedade, é a dualidade entre o um e os outros. Em termos linguísticos, cada um fala a partir de si, mas, para cada falante, o falar emana dele e retorna a ele; cada um se determina,

assim, como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Aparece aí o caráter social da língua, pois ela é *a emanção irredutível do eu* e, ao mesmo tempo, *uma realidade supraindividual e coextensiva a toda coletividade*. A realidade objetiva e a produção individual do falar fundamentam a situação paradoxal da língua com relação à sociedade. A língua fornece o instrumento linguístico que fundamenta *o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso*: é a distinção indispensável, segundo Benveniste, operada pelos pronomes e presente em qualquer língua, entre o eu e o não-eu. Os pronomes realizam uma dupla oposição: de um lado, entre a estrutura de alocação pessoal exclusivamente inter-humana (eu-tu) e, de outro, opondo as pessoas à não-pessoa (eu-tu/ele), efetua a operação da referência, sustentando a possibilidade do discurso *sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação*. Dessa forma, o falante é incluído em seu discurso e ao mesmo tempo participa da sociedade, desdobrando uma rede complexa de relações espaço-temporais, extralinguísticas, que determinam os modos de enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 101).

As possibilidades de relação social são engendradas, pois, no próprio funcionamento da língua: é falando *eu* que se fala do social. E falando, ou seja, colocando a língua em funcionamento na sociedade, expõe-se o sistema linguístico a deslocamentos, ainda que não se possa controlar ou prever sua direção ou seu alcance. É na sociedade, portanto, que a língua configura sua estruturação, que o sistema adquire sentido, que as regras e as unidades se colocam em função do dizer, do significar, do *comunicar*. Por sua vez, o dizer, o significar e o comunicar pressionam, demandam, mudam alguns elementos da língua e, por conseguinte, as relações sistêmicas, gramaticais, entre eles.

LÍNGUA E HIPERLÍNGUA

Falar uma língua está geralmente ligado à ideia de que os homens possuem uma gramática desta língua. Chomsky afirma que o conhecimento linguístico é o conhecimento da *gramática*, de uma estrutura de regras, de princípios e de representações que existem na mente dos falantes. A gramática representada na mente é um objeto real a partir do qual a língua deve ser definida. Já a gramática elaborada pelo linguista é uma teoria articulada, explícita, que se esforça para exprimir as regras e os princípios da gramática que figura na mente de um locutor-auditor ideal. Mas esta ideia de gramática não nasce do pensamento gerativista, ela remonta à *Tekhnê* de Dionísio de Trácia, uma técnica de descrição linguística composta por exemplos canônicos, paradigmas e regras que permitem construir frases ou uma *língua gramatical*. Podendo criar e recriar enunciados a partir das regras expostas, a língua

gramatical não se confunde com a *língua empírica*, pois não é capaz de prever as frases que serão efetivamente pronunciadas pelos falantes em situações reais e históricas de comunicação.

Para considerar a realidade do conhecimento linguístico e suas produções, Aurox (1997) propõe um modelo explicativo baseado na noção de *hiperlíngua*. Vimos que, no modelo da competência gramatical, a gramática presente na mente é igualmente implementada em todos os indivíduos falantes de uma mesma língua, sendo também idealmente análoga à gramática produzida pelo linguista. Já no modelo da hiperlíngua figuram diferentes elementos. Relações de comunicação se estabelecem entre indivíduos diferentes com competências linguísticas diversas. Os indivíduos podem ter acesso a instrumentos linguísticos que modificam sua competência; esses indivíduos exercem também diferentes práticas sociais e as relações de comunicação se dão num certo ambiente histórico. A hiperlíngua é entendida, então, como um *espaço/tempo* estruturado por falantes social e linguisticamente desiguais, instrumentos linguísticos e situações diversas e reais de comunicação.

Levar a termo essa conceituação, para o autor, significa inclusive afirmar que a língua não existe; apenas existem certas porções do *espaço/tempo*, sujeitos dotados de determinadas capacidades linguísticas (ou gramáticas) não idênticas e rodeados de um mundo e de artefatos técnicos (dentre eles as gramáticas e os dicionários, mas também as políticas, as leis, as relações socioeconômicas) (AUROUX, 1997, p. 112). O interesse, portanto, da noção de hiperlíngua é compreender que indivíduos podem se comunicar porque pertencem a uma mesma *rede de comunicação*, não porque partilham a mesma gramática. Nessa rede de comunicação incluem-se os sujeitos falantes e suas competências, mas também o ambiente cultural e a realidade não linguística. E, em nosso entender, até gramáticas e línguas diferentes. Daí a intercompreensão/comunicação ser insuficiente como argumento para distinguir línguas diferentes. Considerando a existência da hiperlíngua, esse critério é sempre político.

Nesse sentido, Aurox argumenta que a mudança de hiperlíngua não vai necessariamente até a absoluta incompreensão (como na longa passagem das protolínguas a seus descendentes distantes). Mas, quando se muda de natureza e constituem-se novos espaços para a comunicação, para a vida e para a história dos homens (por exemplo, quando se estende a língua portuguesa, espanhola, francesa ou inglesa a territórios americanos), produz-se uma nova estrutura local de hiperlíngua que se marca bastante rapidamente em diferenças de estrutura gramatical e discursiva. De resto, diz o autor, “compreender como a

extensão das hiperlínguas possa não conduzir à incomunicabilidade [como no caso da língua portuguesa] é um problema teórico e empírico de grande importância” (AUROUX, 1997, p. 116). Algo da ordem do político, isto é, de tentativas de controle simbólico sobre a língua, está certamente em jogo.

Uma importante tentativa de descrição da realidade é posta, portanto, em causa por meio da hipótese de uma língua estendida, ou extensiva, que ultrapassa os limites do sistema formal, sendo, ao mesmo tempo, motor e fruto do mundo extralinguístico. Auroux baseia sua argumentação na análise, sobretudo, do funcionamento social dos *instrumentos linguísticos* e na tomada de uma posição teórica fundamental: a de que *o mundo participa da construção da referência*. Sobre o papel dos instrumentos, ele afirma que toda representação sobre enunciados linguísticos contém um conjunto de hipóteses sobre a estrutura de uma hiperlíngua. Uma hiperlíngua pode ser estável ou instável, isotópica ou não, os sujeitos nela encontrados podem ser extremamente puristas ou muito tolerantes, etc. A gramática é essa realidade última que engloba e situa toda realização linguística e limita concretamente toda inovação (AUROUX, 1997, p. 114). Em consonância com essa posição teórica, pode-se chegar à conclusão de que a linguagem não é autônoma, ela se situa num mundo dado e entre outros hábitos sociais. Não há possibilidade de linguagem humana sem hiperlíngua. Isso quer dizer que a língua não gera por si só sua referência, seus elementos ou suas regras. A *externalidade da referência* é mais do que a simples constatação de que os objetos sobre os quais fala a linguagem são exteriores a ela. É preciso compreender que o mundo externo também participa do sentido. Por exemplo, quando um brasileiro e um português dizem algo, pode ser que a língua gramatical não mude (embora diversos estudos afirmem haver importantes diferenças estruturais entre português europeu e brasileiro), mas o mundo muda, provocando, assim, uma mudança na hiperlíngua.

O autor enfatiza ainda que não é da língua gramatical que existe história. As mudanças linguísticas podem até ser recuperáveis em termos cronológicos, mas o tempo não é uma das dimensões da gramática – lembremos que a noção de sistema é eminentemente sincrônica. A história, a temporalidade, a mudança são dimensões próprias da hiperlíngua (AUROUX, 1997, p. 117). Nesse sentido, essa noção se mostra bastante produtiva para estudos que pretendem considerar a língua fundamentalmente como um construto estrutural, mas também político e histórico.

COMUNICAÇÃO E DESENTENDIMENTO

Quando Paul Henry (1975) afirma que a língua é um sistema *relativamente* autônomo, está justamente fazendo referência ao fato de que as relações sóciohistóricas intervêm no funcionamento desse sistema. É relativamente à sociedade que o sistema funciona. E a sociedade, como se sabe, é engendrada pela diferença. Ela organiza a diferença, faz da diferença valores. Ao abordar, do interior da Sociologia, as nuances entre *condição* de classe, *posição* de classe e *status* social, Pierre Bourdieu (2007) discute os mecanismos político-simbólicos da dominação e coloca a noção de *economia simbólica* no centro de sua explicação. O autor mostra que o campo simbólico (os discursos, as artes, os sistemas de ensino, as aparências, o vestuário, as pronúncias da língua) ordena o mundo natural e o mundo social de modo a criar e legitimar um determinado regime de dominação.

As relações sociais são, pois, entendidas como um regime de forças mediado por esses sistemas simbólicos que *promovem* e ao mesmo tempo *simulam* as causas da dominação, dando ares de *necessidade* a uma estruturação social que é, em princípio, *arbitrária*. Os diversos *atos sociais*, intencionais ou não, traduziriam certa posição *simbólica* na sociedade, mas uma posição *relativamente autônoma* em relação ao poder econômico puro e simples. Isso quer dizer que há uma tensão entre *valor simbólico* e *poder econômico* que faz com que nem todas as classes sociais possam jogar com as diferenças entre *situação* e *posição* social. Assim, as distinções simbólicas, embora se realizem no interior dos limites definidos pelas coerções econômicas, são irredutíveis a elas. A aquisição de capital financeiro não garante, por exemplo, a conquista de capital simbólico, seus *valores* são diferentes no sistema social; é nessa decalagem que repousaria o embate de *forças* que estrutura uma sociedade. O *sentido* da posição social tem força. As variações da língua que falamos também.

Saussure, por sua vez, buscando estabelecer os fundamentos do sistema linguístico, promove uma comparação com o campo da economia por meio do desdobramento da noção de *valor*. Ele nota que há dois fatores necessários para a existência do valor: “uma coisa *dessemelhante* suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar” e “coisas *semelhantes* que se podem *comparar* com aquela cujo valor está em causa.” Pode-se então trocar uma quantidade de dinheiro por pão, por exemplo; e pode-se comparar essa quantia de dinheiro a uma moeda de um franco (ou um dólar, um euro, um grama de ouro, etc.). No domínio da língua, diz Saussure, uma palavra pode também ser trocada por algo diferente: uma ideia, por exemplo; igualmente ela pode ser comparada a algo da mesma natureza: outra palavra (SAUSSURE, 1916, p. 134). Como a língua é um sistema de signos e não é uma simples nomenclatura, a noção de valor é, portanto, inseparável da de *significação*.

A *significação*, para Saussure, é a relação que, no interior do signo, liga o significante ao significado. Relação esta que, depois de estabelecida, como observou Benveniste, torna-se *necessária*, diferente do elo entre o signo e o mundo, que é *arbitrário* por natureza e cuja adequação faz parte da ilusão do falante (BENVENISTE, 1995, p. 57). O *valor*, de cuja relatividade depende “um sistema sempre ameaçado, sempre restaurado” (BENVENISTE, 1995, p. 59), seria então produto da *necessidade* da relação entre os signos. Se o que vincula um nome a uma coisa não é um dado prévio (uma característica intrínseca ao objeto, à palavra ou à cultura em questão), mas uma pura contingência, por outro lado, há certa necessidade na relação entre os signos dentro do sistema. Não se pode negar que o signo tem uma significação em relação a outros signos (da qual sinônimos e antônimos são a testemunha mais patente) e um signo tem, notadamente, um *valor* porque participa de um sistema.

É a noção de valor que dota as ciências da linguagem de um salto teórico profundamente heurístico, permitindo o tratamento de questões concernentes à relação entre as línguas para além do estabelecimento de um modelo de comparação baseado na falta ou no excesso lexical, por exemplo. O que diferencia uma língua de outra é a constituição de *sistemas de valores* distintos. Como as palavras não estão encarregadas de representar conceitos *a priori*, não há correspondência exata de sentido de uma língua para outra, os valores dos signos não estão fixados nem antecipadamente nem em vista de um padrão, é preciso opor diferentes signos do mesmo sistema para explicar a significação, tanto no interior de uma língua quanto na comparação entre línguas diferentes.

Do lado da economia política, conforme os estudos de Marx (1867/2009), o *valor* só pode ser definido no interior do processo que leva à fabricação de um objeto e à emergência da moeda. O valor é a compensação pelo tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria. Mas algo pode também ter valor, ser útil, permutável até, mas não ser necessariamente uma mercadoria; é o que o autor chama de *valor de uso*, produtos do trabalho humano que satisfazem necessidades pessoais: uma pastagem, a água encanada do riacho, um cesto de feijões. Para produzir mercadorias, é preciso produzir *valores de uso para os outros*, fazendo-os equivaler a algo que possa ser generalizado (dinheiro, ouro); surge assim o *valor de troca* que, para Marx, tem como substância o *trabalho*, mas não o coloca necessariamente como um valor.³ Do ponto de vista marxista, a mercadoria produz uma (dis)torção no valor inerente ao trabalho; nem sempre a mercadoria é útil – ela apenas adquiriu um valor de troca – , sendo inútil (o que é uma possibilidade quando algo é produzido por demandas exteriores às

³ Pois para ser um valor, um objeto deve ser útil. Se ele for inútil, o trabalho dispensado para produzi-lo foi também inutilizado e, conseqüentemente, não cria nenhum valor (MARX, 2009, p. 116).

necessidades pessoais – não menos equívocas), ela desvaloriza o trabalho empregado para produzi-la.

Marx trata, então, a noção de valor a partir do processo de emergência da moeda, o instrumento de troca por excelência. Saussure não se coloca a questão da origem da língua ou das línguas e a noção de troca aparece enquanto importante para o estabelecimento do conceito de valor. O problema da origem das línguas, assim como da origem das classes sociais, não oferece nenhum elemento heurístico, fora por seu caráter mitológico, ao tratamento das relações entre língua e sociedade. Do mesmo modo, para Bourdieu, importa menos a classe social do que as configurações das relações de força entre elas, os *sistemas de trocas simbólicas* que sustentam uma sociedade. Buscando outro olhar para o valor de troca das línguas, Calvet (1984, p. 64) diz que mais do que considerar a língua como *instrumento de comunicação*, podemos considerá-la antes como *produto de uma necessidade de comunicação*. Como resposta a um problema situado, a questão da comunicação passa a ser considerada não como constitutiva, mas em seus desdobramentos práticos: diferentes tipos de necessidades projetam respostas diversas, o que coloca em primeiro plano o papel das relações sociais (e suas disputas) na produção de demandas linguísticas.

Troca e comparação, elementos que Saussure coloca no centro de sua definição de valor linguístico, estão também no desenvolvimento do *mercado*, entendido de maneira ampla como um espaço de trocas empíricas e simbólicas. A configuração das trocas empíricas é marcada, segundo Calvet (1984, p. 80), pela passagem do escambo à troca comercial. Passa-se assim, também, do ponto de vista simbólico, de um modelo que funciona na base da *igualdade* (sem que nenhuma palavra seja trocada, aceita-se que um cesto de milho valha o mesmo que um cesto de batata ou que um punhado de metal precioso equivalha a um espelho...) para um modelo fundado no *valor* e que só pode ser estabelecido a partir de um sistema monetário e linguístico. Mas, ainda que o escambo seja uma troca muda e que a compra e venda demande o estabelecimento de um valor generalizado e exterior à mercadoria (a moeda) e de uma língua comum para negociação, a troca comercial não cria, de forma alguma, a língua; ela cria uma necessidade de língua e um problema de relação entre línguas.

Essa discussão é encarada, no interior dos estudos discursivos materialistas, pelo questionamento da noção de *instrumento*. Citando Pêcheux, Paul Henry (1990/1997, p. 21) afirma que, quando um instrumento é transferido de um campo de saber para outro, ele deve ser *reinventado*, pois as ciências colocam suas questões pela interpretação dos instrumentos. Isto é, não há neutralidade na técnica. A *apropriação dos instrumentos pela teoria* faz da atividade científica uma *prática* determinada por demandas exteriores e, ao mesmo tempo,

determinante para essa exterioridade, já que as possibilidades oferecidas pelas técnicas criam também as demandas possíveis. Diante disso, a ideia da língua como *instrumento de comunicação* passa a ser ressignificada pela discussão teórica do papel do instrumento e pela compreensão de que a comunicação é mais do que a transmissão de informações, é *efeito de sentido entre locutores* (PÊCHEUX, 1969, p. 82). E nesses efeitos, as informações podem ou não ser transmitidas, os conteúdos são remetidos às condições de produção da comunicação, à ordem social vigente, às imagens dos interlocutores, etc.; remissão que considera a tensão entre a ordem da língua e a ordem da sociedade e da história.

Não se trata apenas de incluir o extralinguístico na reflexão sobre a língua. Trata-se de considerar que a língua só pode ser pensada em sua dimensão política, que a forma, a função e a prática das línguas são fenômenos feitos de relações de poder e de relações de mundo sempre tensas. Essas relações criam, então, mais do que problemas de comunicação, elas criam *desentendimento*, isto é, uma “disputa sobre o que quer dizer falar”.

O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não *entende* a mesma coisa, ou não *entende* de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura (RANCIÈRE, 1996, p. 11, grifos nossos).

Essa questão de linguagem (a disputa pelo objeto de discussão) e de sujeitos (o litígio sobre a condição daqueles que o constituem como objeto) é entendida como o fundamento da política. Não o consenso, mas a tensão. Não o conteúdo, mas seus sentidos.

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS

Em *A língua inatingível*, Michel Pêcheux e Françoise Gadet (1981/2004) abordam os problemas da relação entre língua e sociedade no curso da história da Linguística. Os autores notam que entre sociologismos e formalismos deixa-se escapar o “principal”...

Por um lado, pela via da *antropologia histórica e etnosociologia*, reconhecem-se diferenças, buscam-se origens, fascinam-se com a pluralidade para, no fim, acreditar que algo natural, da ordem da própria vida, falaria no lugar da construção histórica que, justamente, lhe dá lugar. É em nome dos povos, das nações e das etnias que as dominações e os apagamentos se impõem e também que as relações de poder são atenuadas, como se pudessem ser transformadas em boas intenções, em reconhecimento do diferente como igual, em celebração de um plural sem hierarquias, valores ou tensões.

Por outro, pela via da lógica, do tribunal e da máquina, consegue-se separar o joio do trigo, distinguir o justo do delinquente, o verdadeiro do falso, o gramatical do agramatical. Depois de descritas e fixadas as regras, resta apenas fazer a máquina funcionar, adequando a língua ao seu objeto para que diga sempre o verdadeiro, o bom e o lícito (PÊCHEUX, 2004, p. 41 et seq.). Como vemos, os formalismos dissimulam menos seu a-politismo...

Contudo, entre esses dois grandes polos de compreensão da relação entre linguagem e sociedade, o que fica de fora é justamente a contradição, o impossível, o equívoco. Não há síntese possível, já que o sentido é sempre dividido e isso está na própria natureza da linguagem e da sociedade, que são processuais, em devir. A língua, já nos ensina Saussure (1916) com o reconhecimento da pura homofonia como possibilidade de substituição no eixo paradigmático, é também estruturada pela poesia, pelo jogo do significante, pelo incontrolável da analogia. A mudança só tem algo de previsível no *só depois* da análise e da comparação, mas seu acontecimento é absolutamente insólito, isto é, produto da história. Compreende-se, então, que a historicidade é constitutiva da língua e que qualquer possibilidade de mudança não deixa de ser tributária das tensões sociais, mesmo que elas não intervenham no sistema linguístico.

Recebido em: março de 2016
Aprovado em: outubro de 2016
carolinafedatto@yahoo.com.br

REFERENCIAS

- AUROUX, Sylvain. La réalité de l'hyperlangue. *Langages*, 31e année, n°127, 1997. pp. 110-121. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1997_num_31_127_2128
- BENVENISTE, Emile (1939). Natureza do signo linguístico. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995, pp. 53-59.
- BENVENISTE, Emile (1968). Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989, pp. 93-104
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CALVET, Louis-Jean. *Le marché aux langues : les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris : Plon, 2002.
- CALVET, Louis-Jean. *Les politiques linguistiques*. Col. Que sais-je?. Paris: PUF, 1996.
- CALVET, Louis-Jean. Troc, marché et échange linguistique. *Langage et société*, n°27, 1984. pp. 55-81. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lso_0181-4095_1984_num_27_1_1978

HENRY, Paul. (1975) *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Unicamp, 1992.

HENRY, Paul. (1990) Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de M. Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

MARX, Karl. (1867) *Le capital*. Livre I. Paris : Gallimard, 2009.

ORLANDI, Eni. P. Ética e política linguística. *Línguas e instrumentos linguísticos*, nº 01. Campinas: Pontes: jan/jun de 1998.

ORLANDI, Eni. P. *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. (1981) *A língua inatingível: o discurso na história da Linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

SAUSSURRE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Ed. Charles Bally e Albert Sechehaye. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, s.d. [1916].